

Comércio rejeitado

ALINE FONSECA E
FABIOLA GÓIS

DA EQUIPE DO CORREIO

Uma nova construção de quatro andares, às margens do Lago Paranoá, preocupa moradores e especialistas que defendem a preservação do Lago Sul como bairro residencial. O prédio, que abrigará um centro comercial, vai ocupar um lote de dois mil metros quadrados na QL 8 onde deveria ser instalada uma creche. A Câmara Legislativa promulgou lei em 2002, mudando a destinação da área.

Os moradores querem ser ouvidos antes do centro comercial sair do papel. A Associação Comunitária QL 8 e QL 10 fez assembleia no dia 1º de junho e decidiu não aprovar a obra. O proprietário do terreno, Elon Gomes de Almeida, mandou carta a todos os proprietários de terrenos, tentando conseguir apoio para a construção. A liberação para centro comercial só pode ser feita depois da anuência de 2/3 dos moradores, de audiência pública com a comunidade e da criação do Plano Diretor Local do Lago Sul.

O principal argumento dos que são contra é que o centro iria tumultuar uma área com problemas demais. O lote fica entre a Ponte das Garças e a residência da família do senador Valmir Amaral, considerada pelo secretário de Meio Ambiente do DF, Jorge Pinheiro, uma das maiores irregularidades na orla do Lago Paranoá (leia página 24).

“Não queremos acabar com a qualidade de vida do Lago Sul. Não precisamos de grandes comércios aqui”, afirmou o presidente da Associação Comunitária do bairro, José Bartolomeu Estrela. Para ele, mais um centro comercial afetaria a circulação de veículos da região. Na mesma quadra, há a Igreja Perpétuo Socorro, o Instituto Perpétuo Socorro, um salão de beleza e uma academia de ginástica. O Gilberto Salomão fica na quadra em frente.

A administradora do Lago Sul, Natanry Osório, garantiu que só libera o alvará de construção após consulta à comunidade. “Os moradores têm que se manifestar. Nesse caso específico, houve alteração de gabarito e de uso. É preciso analisar o projeto para evitar anomalias.”

Segundo Elon Gomes de Almeida, a obra tem o aval da Companhia Energética de Brasília (CEB), Companhia de Saneamento do DF (Caesb), do Detran, Corpo de Bombeiros e da Secretaria do Meio Ambiente (Semarh). “O prédio vai reunir salas de escritório. A intenção é atrair profissionais que trabalham em casa para o centro”, explicou.

Elon contou que comprou o lote em 1986 em licitação da Companhia Imobiliária de Brasília (Terracap). O terreno não fica na Área de Preservação Permanente (APP) do Paranoá. Como o uso foi alterado pela Lei Complementar nº 654/2002, de autoria da deputada Eurides Brito, é considerado área comercial, apesar de estar cercado de casas.

Eurides argumentou que a mudança do uso ocorreu antes do lançamento do Pacote Fundiário, a emenda 40 da Lei Orgânica do DF, que proíbe alteração de uso do solo desde o ano passado. “Estudei com órgãos técnicos todas as questões da construção do centro comercial.” A intenção, segundo a deputada, era preservar o colégio ao lado do lote, já que a destinação inicial era para a construção de uma creche. O secretário Jorge Pinheiro disse que a Semarh ainda não liberou licenciamento ambiental para a obra.

Invasão

O anúncio, ontem, da derrubada de ocupações irregulares na orla do Paranoá pegou de surpresa moradores antigos do bairro. Na QL 28, o dono de uma mansão — que preferiu não se identificar — aterrou e cimentou parte da Área de Preservação Permanente, para fazer jardim e pier.

“Há oito anos, quando construí o meu jardim, o GDF só aprovava as obras mediante autorização da Marinha. Consegui o documento e só depois contratei um paisagista e topógrafos para fazer o projeto”, defendeu-se.

Apesar das irregularidades, ele garantiu que nunca recebeu notificação. “Fiquei sabendo da derrubada hoje à noite (ontem), lendo os jornais. Ouvi dizer que meus vizinhos receberam notificações, mas eu não.”

LEIA MAIS SOBRE OCUPAÇÃO
DO SOLO NA

PÁGINA 24



DONO DE MANSÃO NA QL 28 ATERROU E CIMENTOU PARTE DA ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE PARA CONSTRUIR UM PIER E JARDIM: OBRA ILEGAL

POPULAÇÃO UNIDA

Os moradores da QL 8 e QL 10 do Lago Sul conseguiram aprovar uma lei distrital que proíbe a construção de estacionamentos às margens da Estrada Parque Dom Bosco (EPDB), desde o Balão do Aeroporto

Eles também se uniram para evitar que centros comerciais fossem construídos entre os conjuntos 3 e 11 da QL 10. Os 30 hectares de terra foram transformados, por decreto do governador Joaquim Roriz, em Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie)

Sob o argumento de manter a qualidade de vida do bairro, os moradores derrubaram projeto de lei que autorizava construir o Centro Comercial Gilberto Salomão 2 entre o conjunto 1 da QL 10 e o conjunto 8 da QL 8. No lugar, aprovaram a criação do conjunto 9 da QL 8, destinado exclusivamente a unidades residenciais.

Para senador, há perseguição

A notícia de derrubada das invasões na orla do lago indignou o senador Valmir Amaral (PMDB-DF). O secretário de Meio Ambiente, Jorge Pinheiro, garantiu que não vai poupar construções irregulares, inclusive a da família do senador. Ontem, o advogado Gregório Rabelo, representando o parlamentar, afirmou que parece haver uma perseguição política contra Amaral. “Que moral o governo tem em derrubar a casa de alguém, se ele mesmo patrocina projetos irregulares?”, afirmou o

advogado, ao referir-se às alterações de uso de área no Distrito Federal.

Segundo a assessoria da Semarh, a família Amaral não procurou a secretaria para pedir orientações sobre a recuperação da área. De acordo com o advogado de Amaral, “ninguém se negará a contribuir, desde que problemas como o caso do centro comercial da QL 08 seja resolvido”.

O secretário Jorge Pinheiro afirmou ontem que há seis casos de ocupação da orla irregulares, cuja demolição pode

prejudicar o meio ambiente. “Mas se deixar como está, legaliza o que está errado”, diz Pinheiro.

Os proprietários com construções irregulares em Área de Preservação Permanente deverão procurar a Semarh até o dia 1º de julho. Após essa data, quem não tiver apresentado um plano de recuperação de área degradada será multado. A secretaria notificou 72 residências no Lago Norte e Lago Sul. Até agora, 40 proprietários procuraram a Semarh para recuperar os danos.